

PMS / FMLF	
BIBLIOTECA	
Jornal:	<i>A Tarde</i>
Data:	<i>13/06/08</i>
Caderno:	<i>Subsídios 10</i>
Página:	
Seção:	
Assunto:	<i>Defesa Civil</i>

CENTRO HISTÓRICO | A via está interditada por blocos de concreto, pois a alvenaria dos antigos casarões ameaça desabar. Os moradores são avisados que precisam ir embora, mas a maioria diz não ter para onde ir

Ações na Rua do Julião limitam-se a cadastros

MARY WEINSTEIN

mweinstein@grupotarde.com.br

A Rua do Julião, no Centro Histórico de Salvador, está interditada por blocos de concreto para evitar riscos causados pela alvenaria que pode despenhar a qualquer momento dos prédios seculares arruinados.

A conversa entre moradores, a maioria com mais de 40 anos de permanência na área, acontece em alto volume e em tom de discussão. O falatório ocorre em torno de um veículo da Defesa Civil, Codesal. Sentados dentro dele estão uma engenheira e duas assistentes sociais, além de um motorista.

A comitiva da prefeitura veio distribuir notificações. Foram 20 ao todo para o mesmo número de "famílias" desesperadas. As instruções captadas com dificuldade, tanto de entendimento quanto de aceitação, cumprem mais uma etapa desse processo que já dura mais de quatro anos e cujo objetivo é prover moradia segura e digna para o pessoal do Centro Histórico, desde que a 6ª Etapa de Revitalização foi afastada do lugar.

Ao assinar o aviso da Codesal, os moradores declaram que estão cientes de que o prédio que ocupam tem risco de "alto grau", ou seja, pode cair a qualquer momento. Mas ninguém quer sair porque não tem para onde ir. "Evacuar de uma hora para outra? Querem que a gente vá morar de aluguel e nós não temos renda para pagar. Eles pagam somente um mês e depois a gente é despejado", prevê o borracheiro Onassis de Brito. Ele olha para a localidade do Taboão, onde 20 barracos de tábuas foram confeccionados desde que, há um ano, o casarão número 34 caiu.

Os moradores dos números 53 e 55 são informados de que têm

que ir à Codesal, na Avenida Bonocô, preencher mais uma ficha com dados que nem possuem. Os funcionários, também contrangidos, explicam que a remoção – se houver – será para alojamentos provisórios.

"A Defesa Civil é só para informar o risco. Nós não temos poder de polícia. Retirar o pessoal do imóvel, é a Sucom (Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo) que faz", explica a engenheira Zenilka Galeão, da Codesal.

DINHEIRO – "Eu não tenho R\$ 2 para comer quanto mais para pegar ônibus para ir preencher mais um formulário. Há 17 anos, todo ano tem cadastramento aqui", disse Geórgia Moreira, 27 anos, mãe de oito filhos. "Eles tomam providência com tanta gente, por que não tomam com nós?", quer saber. A vizinha Edileuza Costa calcula que poderá ir à Codesal segunda-feira.

O dado novo, que vai além de mais um aviso de que os edifícios não podem ser mais habitados, é o desabamento de um piso dentro da casa número 9, que tem até um pé de imbatuba.

Ali, Juscelino dava "polimento em relógios". De camisa social, calça tipo tergal e sapatos engraxados, ele já se transferiu, "evacuou". Botou a banca na calçada e diz que é muito procurado na região. Cobra de R\$ 3 a R\$ 4 para tirar os arranhões dos vidros dos relógios. Garante que vive disso. Atende uma média de três fregueses por dia.

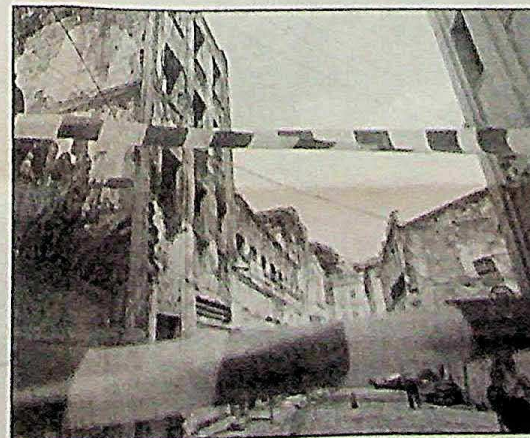
Os casarões no Julião não agüentam mais esperar. Entre oficinas mecânicas e de outros tipos, o lugar vive em estado de crise física e social. As crianças nuas pela rua, os grupos de adultos em rodas de conversa, o cheiro de cola sai da oficina de madeira. Esses são sinais de degradação.



Os que residem no nº 55 são avisados da necessidade de ir à Codesal para preencher uma ficha

"Eu não tenho R\$ 2 para comer, quanto mais para pegar ônibus para ir preencher mais um formulário"

Geórgia Moreira, moradora 1



Faixas de isolamento alertam da interdição ao longo da rua



Geórgia Moreira afirma não ter outro lugar para viver

Recuperação faz parte do PAC Salvador

O Julião, que herdou o nome de um trapiche que ficava na área, integra a requalificação do Pilar 2, que há cinco anos vem sendo anunciada pelo governo. Na prática, os cadastrados continuam vivendo no mesmo lugar, nas encostas e nos casarões antigos, à espera da ação das três instâncias governamentais. A professora da Faculdade de Arquitetura Esterlinda Berenstein diz que os projetos das novas casas estão prontos e que a responsabilidade pelo projeto não ter sido executado não é da Universidade Federal da Bahia.

A Companhia de Desenvolvimento Urbano (Conder) está coordenando essa implantação que é parte do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). A diretora-presidente Maria Del Carmen diz que o projeto está em fase de aprovação na Caixa Econômica Federal e que o processo tem que passar por todos os trâmites, desde a identificação dos proprietários dos casarões até as desapropriações.

"O importante é que já tem recursos. É uma área de Zeis (Zona Especial de Interesse Social). O projeto é parte do PAC da linha geológica. O que eu posso lhe garantir é que já foi feito o projeto. Foi objeto até de ganhar prêmio. Já está bem adiantado de aprovação na Caixa. Vai para a licitação e inicia as obras", disse Del Carmen, que está em Brasília. Ela não soube precisar quando os habitantes do Julião estarão dentro de habitações dignas: "Depende de quando esse processo andar. É muita burocracia".